

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	8
5.5 - Alterações significativas	9
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	40
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	47
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	49
10.5 - Políticas contábeis críticas	51
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	55
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	57
10.8 - Plano de Negócios	59
10.9 - Outros fatores com influência relevante	61

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, entretanto possui a Gerência de *Compliance*, Auditoria Interna, Controles Internos que é responsável por mapear os riscos conforme seu plano de anual de execução de trabalhos.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Renova busca monitorar principalmente riscos associados a liquidez e a estrutura de capital da Companhia, além dos riscos macroeconômicos e operacionais.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Atualmente, a Companhia utiliza-se das atividades da área de controle internos para mapear e desenvolver controles para mitigar riscos operacionais.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui a área que tem como principal objetivo auxiliar as áreas da Renova a estruturarem seus processos de modo a endereçar os controles necessários para a mitigação de riscos aos quais a Renova entende que não deva ficar exposta. A Gerência de *Compliance*, Auditoria Interna, Controles Internos está estruturada em 5 frentes: Auditoria Interna, *Compliance*, Controles Internos, Gestão de Riscos e Ouvidoria.

A área responde diretamente a Presidência, porém também apresenta os resultados obtidos nos trabalhos ao Comitê de Auditoria e Finanças, ao Conselho de Administração e ao Conselho de Fiscal. Periodicamente também é elaborado e enviado um relatório para o Presidente, para que ele esteja ciente dos status das ações que estão em aberto com foco nos riscos altos.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controles internos está adequada, mas trabalha constantemente para aprimorar seus processos e avançar nas ações em relação ao controle de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia não possui política formalizada de gerenciamento dos riscos de mercado, entretanto possui uma área de controles internos que é responsável por mapear e gerenciar constantemente os riscos apontados.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos**i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Renova busca monitorar principalmente riscos associados a liquidez e a estrutura de capital da Companhia, além dos riscos macroeconômicos e operacionais.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Renova acompanha e gerencia os riscos de perda financeira oriundos da variação cambial de ativos e passivos registrados em moeda estrangeira.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Para a mitigação de risco financeiro cambial, é previsto a contratação de derivativos junto à instituição financeira ou bolsa organizada para este fim, bem como a contratação de câmbio futuro. O instrumento de derivativo deverá converter o risco da moeda estrangeira em moeda nacional corrente.

Os instrumentos autorizados a serem utilizados para fins de hedge são: Swap, NDF, Contrato Futuro, Contrato de Opção de Compra/Venda e Câmbio Futuro.

Não é permitido a contratação de operação financeira envolvendo derivativos que tenham finalidade especulativa.

Não é permitido a contratação de operação financeira envolvendo derivativos que tenham como resultado a dupla indexação.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O volume e o prazo do derivativo deverão ser exatamente os mesmos do ativo ou passivo a ser protegido, limitado ao prazo de 24 meses, caracterizando assim a operação como sendo um hedge altamente eficaz, conforme definido na CPC 38, parágrafo 8. Para operações superiores a 24 meses, a contratação deverá ser encaminhada para o Comitê Financeiro para análise e decisão colegiada.

Caso o ativo ou passivo em moeda estrangeira não possua data de término definida, o derivativo será contratado no prazo máximo de 1 ano. Prevalecendo o ativo ou passivo em moeda estrangeira por prazo superior ao prazo do derivativo contratado, este deverá ser renovado. Prevalecendo o ativo ou passivo em moeda estrangeira por prazo inferior ao prazo do derivativo contratado, este deverá ser revertido junto à instituição financeira.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Renova atualmente não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Os riscos da Renova são gerenciados pela área de Controles Internos da Companhia. A área monitora as áreas de Contabilidade e Estruturação Financeiras que em conjunto com a Diretoria avaliam e decidem pelos melhores investimentos e aplicações financeiras. A Renova possui uma política de hedge cambial que já foi aprovada pelo Comitê de Finanças e está em fase de aprovação pelo Conselho de Administração da Renova.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional de controles internos está adequada, mas trabalha constantemente para aprimorar seus processos e avançar nas ações em relação ao controle de riscos. Especificamente em relação ao hedge, as áreas de Estruturação Financeiras e Contabilidade estão diretamente envolvidas no processo, no qual juntamente com a Diretoria, avalia o tipo de investimento e aplicação que deve ser realizada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. Principais práticas de controles internos, grau de eficiência de tais controles e ações para aperfeiçoamento dos níveis de controle da organização

Uma vez que a Administração é o principal responsável pelo estabelecimento e manutenção do ambiente de controles internos da Companhia, tomou-se a decisão de instituir uma área responsável por avaliar seus processos por meio das melhores práticas de controles internos.

Essa área denomina-se Controles Internos e tem como principal objetivo auxiliar as demais áreas da Companhia a estruturarem seus controles de modo a endereçar as atividades necessárias para a mitigação de riscos aos quais a Companhia entende que não deva ficar exposta.

Para que este objetivo seja alcançado, a área de Controles Internos está estruturada dentro da Gerência de *Compliance* e Auditoria Interna, a qual divide-se em 5 frentes: Auditoria Interna, *Compliance*, Controles Internos, Gestão de Riscos e Ouvidoria. Em todas essas vertentes são verificados os riscos inerentes às atividades e processos analisados, os controles internos necessários para a mitigação de tais riscos e a análise da melhor forma de conduzir os processos os quais objetivam resultar em uma melhor sinergia entre as áreas e elevar a eficiência operacional das atividades que são realizadas dentro da Companhia.

Após a realização do diagnóstico sobre a efetividade de controles pela Auditoria Interna ou mapeamento da exposição ao risco pela área de Gestão de Riscos, são elaborados planos de ação juntamente às áreas para que as melhorias identificadas sejam corretamente direcionadas. Tais planos de ação possuem responsáveis e prazos para que sejam postos em prática e seu acompanhamento é realizada pela área de Controles Internos.

Buscando seguir as melhores práticas de mercado, a metodologia utilizada para a realização dos trabalhos de avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles, são as práticas abrangidas pelo *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (“COSO”) – 2013. O principal resultado do trabalho é o endereçamento de ações a serem realizadas, por profissionais competentes, com o objetivo de aprimorarem os controles que suportam os processos da Companhia.

Em 2018, as principais ações realizadas pela área de Controles Internos resumem-se no término do projeto de implementação de controles financeiros, o qual automatizou os pagamentos oriundos de contratos, ordem de pagamento, pedidos de compra, taxas e impostos. Também foi criada a área para centralização de recebimento de documentos contratuais, onde concentram-se o recebimento e validação dos documentos fiscais ou não fiscais emitidos pelos fornecedores.

Como parte da implementação do projeto, foram realizadas mais de 50 horas de treinamentos sobre as mudanças sistêmicas e processuais aos colaboradores da Renova.

Para 2019, está projetado o início do projeto de aprimoramento dos controles contábeis relacionados ao fechamento das demonstrações financeiras, incluindo os pontos identificados pelo auditor independente.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

Para que se possa ter o máximo de independência, a área reporta diretamente ao Diretor Presidente e apresenta os resultados obtidos nos trabalhos ao Comitê de Auditoria e Finanças, ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A gerência de Controles Internos, Riscos, Compliance, Auditoria Interna e Ouvidoria tem como missão apoiar a Companhia na busca constante pela excelência operacional, por meio da aplicação das melhores práticas de Gestão, Performance e Conformidade das atividades realizadas.

As responsabilidades do Comitê de Auditoria e Finanças, Conselho de Administração e Conselho Fiscal podem ser consultadas no item 12 deste Formulário de Referência.

c. Deve ser apontada a maneira como o grau de eficiência de controles internos é supervisionado e reportado dentro da organização

O resultado de cada auditoria (relatório de auditoria) é apresentado à Alta Administração em reunião de diretoria e ao Comitê de Auditoria e Finanças, Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, com enfoque nos riscos levantados. Uma vez que os relatórios tenham sido finalizados, validados e devidamente apresentados é iniciado o acompanhamento mensal de cada plano de ação pela área de Controles Internos. Para formalizar a evolução das ações são elaborados e divulgados relatórios gerenciais indicando a situação de cada plano de ação, para que o gestor responsável pelo processo fique ciente sobre o acompanhamento dos Planos de Ação sob sua gestão (o *report* é realizado para o gestor imediato do responsável por realizar a ação).

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em complemento à auditoria das demonstrações financeiras, foi entregue em 11 de abril de 2019 o Relatório de Recomendações sobre o Ambiente de Controles Internos.

A seguir é apresentado as deficiências significativas e recomendações do auditor independente:

1. Ausência de conciliação tempestiva dos saldos a pagar a fornecedores

Deficiência Significativa:

Observamos durante os procedimentos de auditoria ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que existe uma dificuldade no processo de conciliação entre os saldos registrados na contabilidade na rubrica de fornecedores com os saldos mantidos nos relatórios financeiros.

Durante o processo de auditoria do exercício de 2018 a Companhia realizou alguns ajustes no grupo de fornecedores, devido à ausência de conciliação e revisão tempestiva dos saldos.

Recomendação:

O Auditor Independente recomenda que sejam reforçados os procedimentos mensais para conciliar os saldos contábeis com os respectivos controles financeiros, a fim de garantir uma maior fidedignidade das informações, minimizando o risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

2. Análise tempestiva e formalização do teste *impairment*

Deficiência Significativa:

De acordo com o “CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos”, uma entidade deve efetuar análises relacionadas à *impairment*, de seus ativos depreciáveis e/ou amortizáveis ou ainda aqueles ativos intangíveis com vida útil indefinida. Inicialmente, analisa-se se há indicativos, havendo indicativos deve-se efetuar o teste de *impairment*.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou prejuízo e margem bruta negativa, o que pode indicar que a Companhia pode vir a ter dificuldades de realizar os seus ativos não financeiros (ex.: ativo imobilizado e intangível). Adicionalmente, foi identificado a necessidade de análises relativas aos ativos depreciáveis e/ou amortizáveis estarem suportadas por um maior grau de formalidade. Atualmente, não há procedimento para documentação formal sobre as considerações da Administração sobre o risco de *impairment*, ou não, relacionado a determinado ativo.

O Auditor Independente sugeriu que essa documentação contenha um *checklist*, a ser preenchido por profissionais das áreas financeira, contábil, produção, dentre outras julgadas necessárias pela Administração.

Vale ressaltar que a análise de *impairment* do ativo imobilizado em curso, classificados como ativos mantido a venda, só foi preparada pela Administração ao final dos trabalhos da auditoria, já em meados de março de 2019.

Recomendação:

Recomendou-se que a Administração formalize tempestivamente suas análises sobre indicativos de *impairment* antecipando os testes de *impairment* e evitando assim atrasos no processo de encerramento de suas demonstrações financeiras.

3. Contabilização tempestiva dos contratos de arrendamento

Deficiência Significativa:

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia contratou uma empresa de consultoria para apoiá-la na mensuração dos ativos e passivos, oriundos de operações de arrendamento mercantil realizadas pela Companhia e suas controladas, em conformidade com a atualização do Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, correlata a norma internacional IFRS 16.

Durante a execução do trabalho com o levantamento dos contratos de arrendamento existentes, foi identificada a necessidade de constituição de um passivo no montante que não havia sido contabilizado anteriormente.

Recomendação:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O Auditor Independente recomenda que a Companhia fortaleça seus procedimentos internos de conciliação contábil, e realize um inventário de 100% dos contratos com arrendadores, fornecedores e prestadores de serviço para garantir que não existam outros passivos não registrados.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Após o recebimento da carta de “Comunicação de Deficiências de Controles Internos” emitida pelos auditores independentes, as áreas de Compliance e de Auditoria Interna e a Diretoria da Companhia buscam compreender os impactos dos pontos apresentados. Desde que constatado que tais pontos apresentados merecem tratamentos especiais, as áreas atuam juntamente às outras áreas impactadas buscando implementar ou revisar, na medida da sua necessidade, os controles, procedimentos e diretrizes com o objetivo de mitigar os riscos associados.

Desta forma, no que se trata da carta emitida pelos auditores externos referente ao ano de 2018, a Renova iniciou o estudo do melhor plano de ação para cada item, sendo classificado com deficiência significativa, ou apenas melhoria de processo, com prazo limite de 31 de dezembro de 2019 para a sua implantação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Desde 2015, a Renova vem desenvolvendo o seu programa de integridade, visando o atendimento à Lei Federal nº 12.846/13 e o disposto no Capítulo IV, do decreto nº 8.420/15.

O referido programa se baseia nas diretrizes para o sistema de *compliance* DSC 10.000, elaborado pela Empresa Brasileira Acreditadora da Norma de *Compliance*, o Guia do Programa de *Compliance* do CADE (Conselho Administrativo de Defesa da Economia) e o Programa de Integridade da Controladoria Geral da União.

Nesse sentido, os pilares do programa efetivo de integridade contam com as seguintes ferramentas implementadas:

Pilar Preventivo:

1. Políticas e procedimentos para atividades críticas, pilar em constante atualização;
2. Código de ética e conduta.

Pilar Detectivo:

1. Testes de controles;
2. Canal de denúncia disponível aos stakeholders da Renova:
(<https://canalconfidencial.com.br/renovaenergia/>) ou pelo telefone 0800 741 0025;

Pilar Corretivo:

1. Correção das falhas detectadas através dos testes de controles, do canal de denúncias e das auditorias realizadas;
2. Aplicação de medidas disciplinares.

Pilar de Monitoramento:

1. Melhoria contínua;
2. Auditoria contínua.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As demonstrações financeiras consolidadas de 2018, 2017 e 2016 estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atua em um setor capital intensivo atuando por meio de Sociedades de propósito específico (“SPEs”) destinadas à geração de energia elétrica renovável.

Atualmente a Companhia recebe dividendos oriundos de sua participação de 51% na Brasil PCH, bem como da venda de energia elétrica em seus contratos no mercado livre e regulado relacionados ao projeto eólico Alto Sertão III, ainda inacabado..

Em razão da incompletude do referido projeto, a Companhia acabou assumindo passivos oriundos da antecipação de receitas advindas de entrega futura de energia, para de obter recursos para adquirir energia elétrica no mercado de curto prazo e cumprir as obrigações de entrega referente à parcela do mercado livre de sua energia vendida.

Recentemente, em março de 2019, afim de estabilizar e melhorar sua estrutura de capital, a Companhia optou por alienar o projeto Alto Sertão III, com o que deve desonerar sua dívida junto ao BNDES, da ordem de 1 bilhão, referente ao projeto junto ao BNDES, bem como reestruturar seus passivos na holding, no montante de aproximadamente 1,4 bilhão com alongamento dos prazos e *duration* médio de 5 anos.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2016, 2017 e 2018, a receita operacional líquida da Companhia foi R\$483,1 milhões e R\$734,1 milhões e R\$709,8 milhões respectivamente. A receita é proveniente da venda da geração de energia elétrica dos parques eólicos (até julho de 2017) e das PCHs, bem como das operações de comercialização de energia.

Para fazer frente aos investimentos necessários na construção e implantação dos novos ativos de geração, a Companhia utiliza operações de financiamento de longo prazo na modalidade Project Finance. Nesta modalidade, o volume de financiamento é dimensionado de acordo com o fluxo de receitas provenientes de contratos de venda de energia de longo prazo, adotando índices de cobertura de serviço da dívida adequados à capacidade de pagamento destes empreendimentos. Os financiamentos do BNDES da linha FINEM, destinados à construção de ativos de energia por fonte eólica, por exemplo, exigem um índice de cobertura de serviço da dívida mínimo de 1,3 durante o prazo total do financiamento (o índice de cobertura é calculado a partir da divisão da geração de caixa do ano somada ao saldo final do caixa do ano anterior pelo serviço da dívida, que é composto pela amortização do principal e pagamento de juros no ano). Ou seja, o financiamento é dimensionado para que possa ser

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

servido integralmente pela geração de caixa do próprio ativo de geração. Consequentemente, este tipo de financiamento varia tipicamente entre 60% e 75% do total do investimento.

Para complementar a geração de caixa operacional e os financiamentos na modalidade Project Finance para o investimento nos projetos de geração de energia, a Companhia buscou recursos da seguinte forma:

(i) 2015: (a) empréstimo ponte no BNDES para o Alto Sertão III no valor de R\$ 700 milhões e desembolso parcial do mesmo; (b) renegociação de juros remuneratórios da debênture na holding no valor de R\$500,0 milhões. (c) operação de alienação e permuta de ativos do Alto Sertão I (complexo Eólico com capacidade instalada de 294,4MW) e Espra (três PCHs com 41,8 MW de capacidade instalada) com a TerraForm Global. O fechamento da alienação dos projetos da Espra à TerraForm Global foi cancelado, conforme fato relevante publicado em 1 de abril de 2016.

(ii) 2016: (a) desembolso do restante do empréstimo ponte do BNDES para o Alto Sertão III no valor de R\$ 164,0 milhões (b) aumento de capital no primeiro semestre no montante total de R\$ 280,0 milhões e em dezembro de 2016, abertura de um novo processo de aumento de capital (ainda em curso) no montante máximo de R\$300,0 milhões; (c) Antecipação de contratos de energia no valor total de R\$ 212,0 milhões;

(iii) 2017: (a) Conclusão do processo de aumento de capital totalizando R\$ 112,8 milhões; (b) venda das ações da Terraform Global por US\$ 92,8 milhões (R\$ 305,8 milhões) e encerramento do processo de arbitragem mediante pagamento de US\$15,0 milhões (R\$48,6 milhões) à Renova; (c) venda do complexo Alto Sertão II pelo valor base de R\$ 600 milhões (R\$ 456 Milhões líquidos); (d) venda do Complexo de Umburanas e PPAs do mercado livre para a Engie Brasil Energia S.A. ("Engie") pelo valor de R\$ 16,9 milhões.

(iv) Em 31 de dezembro de 2018, a dívida líquida total da Companhia era de 1.329,9 milhões, ao passo que atingiu R\$1.268,6 milhões em 2017 e R\$2.773,1 milhões em 2016, nas datas de encerramento dos respectivos exercícios sociais. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foi de 17,5 1,63 e 1,42, respectivamente.

O índice de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) em 31 de dezembro de 2018 era de 0,79 (0,08 em dezembro de 2017 e 0,04 em dezembro de 2016).

Tal evolução mostra que a Companhia vem sendo bem-sucedida em suas iniciativas para reequilibrar sua estrutura de capital. Tais como:

1. Revisão do Plano de Negócios. Desde 2017, a Renova atuou de forma decisiva na revisão de seu plano de negócios. Com o intuito de minimizar a necessidade de capex no médio prazo, a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia ajustou seu portfólio de contratos, descontratando, permanentemente, os contratos LEN2012, LEN2013, aderindo ao MCSD, LER2014, por meio da participação no leilão reverso, e venda do complexo eólico Umburanas, com capacidade instalada total de 605MW, pelo valor de R\$ 16,9 milhões, para a Engie Brasil Energia S.A., que também incluiu a cessão, a partir de 1º de julho de 2019, dos PPAs do ACL Light II, Mercado Livre II e III, que totalizam um volume de energia vendida de 165,2 MW médios. Desta forma, melhorando a posição de liquidez futura da Companhia.

2. Venda de Ativos: no dia 3 de julho de 2017, a Renova concluiu a venda para a Brookfield Asset Management dos 20,3 milhões de ações que a Companhia detinha na empresa americana TerraForm Global Inc. ("TerraForm Global"). O preço total de aquisição das ações foi de US\$ 92,8 milhões (R\$ 305,8 milhões), pagos à Companhia em 29 de junho de 2017. Também nesta data foi celebrado um acordo entre a Companhia e a TerraForm Global, no qual as partes concordaram em encerrar o processo de arbitragem, mediante pagamento à Renova de US\$15,0 milhões (R\$ 48,6 milhões). Em 3 de agosto de 2017, a Renova concluiu a venda do Complexo Eólico Alto Sertão II (386MW), pelo valor base de R\$ 600 milhões (valor líquido recebido de R\$ 456 milhões).

3. Readequação de estruturas organizacionais: o processo de reestruturação de processos internos e equipes iniciado em 2016 e conduzido ao longo de 2017 proporcionou uma redução do SG&A de R\$ 87,2 milhões para R\$ 77,1 milhões (redução de 11,5%), entre os anos, chegando à R\$ 65,8 milhões em 2018. A Companhia continua em constante busca de melhoria na eficiência operacional.

A Administração entende que, com o sucesso das medidas acima contribuirá para a retomada do equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia, desde que implementadas as decisões tomadas e divulgadas no 1T19.

Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

O setor de geração de energia requer uso intensivo de capital. Os investimentos são tipicamente viabilizados pela existência de contratos de venda de energia de longo prazo que permitem relativa previsibilidade das receitas futuras, condição fundamental para que uma parcela importante do investimento possa ser financiada também no longo prazo por terceiros. Notadamente a modalidade de Project Finance permite que a Companhia financie tipicamente de 60% a 75% de seus investimentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Fontes de recursos para investimentos (em R\$ mil)	2018	AV %	2017	AV %	2016	AV %
Capital de terceiros¹	412.256	122,78%	1.293.338	62,39%	2.808.882	58,95%
Capital próprio²	- 76.498	-22,78%	779.808	37,61%	1.955.598	41,05%
Total	335.758	100,00%	2.073.146	100,00%	4.764.480	100,00%

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma das seguintes linhas dos grupos do passivo circulante e não circulante: empréstimos e financiamentos e debêntures.

(2) Capital Próprio corresponde à soma das seguintes linhas do patrimônio líquido: capital social, gastos com emissões de ações, reserva de capital e prejuízos acumulados.

hipóteses de resgate de ações;

Não existem outras hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

fórmula de cálculo do valor de resgate;

Não aplicável, tendo em vista que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas na Lei das S.A.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os passivos circulantes consolidados excederam o total dos ativos circulantes consolidados no montante de R\$457,7 milhões e o índice de liquidez corrente 79%, impactado principalmente pelo aumento das dívidas com partes relacionadas.

Além disso, a Companhia apresentou prejuízo no exercício de R\$856,3 milhões, margem bruta negativa de R\$124,4 milhões e prejuízos acumulados de R\$3.050,9 bilhões e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir seus compromissos com terceiros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Esse cenário se deve principalmente: i) às perdas nas operações de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, no valor de R\$271.862 para cumprir os compromissos firmados nos contratos de compra e venda de energia, ii) provisão para redução ao valor recuperável do ativo relacionado ao Complexo Eólico Alto Sertão III, no montante de R\$150.630 e, iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira), no valor de R\$319.578 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, fornecedores, operações com partes relacionadas, além dos prejuízos acumulados existentes.

d) Formas de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para a implantação dos empreendimentos de geração de energia, a Companhia captou recursos por meio de contratos financeiros de curto e longo prazos, além de levantar recursos por meio de aumento de capital e antecipação de contratos de energia. Dos recursos captados pela Companhia por meio de financiamentos, a maior parte é alocada em sociedades de propósito específico titulares das autorizações para a exploração do serviço de energia elétrica e dos respectivos contratos de compra e venda dessa energia e respectivas subholdings. Tais financiamentos são obtidos junto a bancos de desenvolvimento e agências de fomento, tais como o BNDES, BNB, FINEP, Fundo Petros, assim como instituições financeiras. Adicionalmente, a Companhia emitiu debêntures simples não conversíveis em ações e notas promissórias.

A Companhia privilegia a contratação de linhas de financiamento denominadas em Reais, de forma a evitar exposição a riscos de câmbio.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Ao longo de 2017, a Companhia reduziu significativamente seu plano de investimentos e a única grande necessidade de recursos para investimentos em curso em ativos não-circulantes refere-se a conclusão do complexo eólico Alto Sertão III que deve ser equacionada com a liberação do empréstimo de longo prazo do BNDES, dos créditos remanescentes do financiamento da FINEP.

Dado que o referido projeto é objeto de negociação da proposta de compra de ativos feita pela AES Tietê S.A. S.A., se concluída a transação, a ofertante irá assumir os financiamentos correntes e os investimentos necessários à conclusão do projeto.

Para financiamento de capital de giro a companhia conta com o recebimento de dividendos da BRPCH e Espra (controladas), de recursos oriundos de contratos de antecipação da venda de energia e, eventualmente, com recursos da venda dos ativos atualmente em negociação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

A tabela a seguir demonstra o saldo consolidado dos empréstimos e financiamentos da Companhia nos respectivos exercícios:

Contrato	Taxa ²	Em 31 de dezembro de (em R\$ mil)		
		2018	2017	2016
BNDES (subcrédito social) (AS II)	TJLP	-	-	4.941
BNDES Renova Eólica (AS II)	TJLP + 2,88%	-	-	708.536
BNDES Renova Eólica (AS II)	TJLP + 2,60%	-	-	261.979
Debêntures 1ª Série - Renova Eólica (AS II)	IPCA + 7,60% a.a.	-	-	174.457
Debêntures (3ª emissão)	143% CDI	-	-	504.216
BNDES - Ponte (AS III)	TLP+9,00% / 2,50% / TJ6+8,28% a.a.	935.590	885.786	800.579
Finep - CEOL Itaparica (AS III)	3,5% a.a.	10.171	12.171	14.172
BNB	9,5% a.a. (8,08%a.a.)*	70.688	77.788	84.464
Banco Daycoval	1,60% a.m.	-	6.685	7.708
Citibank	100% CDI + 4,5%	171.333	150.545	122.337
BTG Pactual	100% CDI + 7,4%	170.235	143.256	125.655
Banco Modal	100% CDI + 6%	19.446	17.262	14.578
Total do endividamento¹		1.377.463	1.293.493	2.823.622
Custo de captação		- 131	- 155	- 14.740
Transf. Ativos mantidos para venda		- 965.076	-	-
Endividamento líquido dos custos		412.256	1.293.338	2.808.882

1: O montante difere do apresentado no item 3.7 e 3.8 deste Formulário de Referência, pois considera somente as linhas de Empréstimo e Financiamento e Debêntures do balanço. As demais linhas do passivo não são consideradas como empréstimos e financiamentos relevantes.

2: Taxas atuais referentes aos financiamentos na data base de 31/12/2018.

3: A partir de 15 de janeiro de 2018, indexador "TJLP" foi substituído pela "TLP".

Resumo dos contratos (valores em R\$ mil)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BNDES (Empréstimo ponte)**

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito "B" com a criação do subcrédito "C" no valor de R\$163.963. em 31 dezembro de 2018 a dívida somava (R\$ 935,6 milhões) e conforme último aditivo do contrato, o empréstimo ponte deverá ser quitado em 15 de julho de 2019, ou na data de desembolso do financiamento de longo prazo do BNDES.

Contrato BNB

A controlada indireta Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$150.022), o penhor de ações (R\$127.366), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, no valor de R\$414.355 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$10.866, em 31 de dezembro de 2018 (Nota 10). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

FINEP

Em 19 de dezembro de 2013, a controlada Centrais Elétricas Itaparica S.A. assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no montante de R\$107.960. Os recursos deste financiamento são destinados à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica. O financiamento possui carência de 36 meses que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da parcela de amortização e deve ser pago em 85 prestações, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2024. Até 31 de dezembro de 2018, o montante liberado foi de R\$14.149.

São garantias deste financiamento cartas de fiança bancária no valor de 100% do total liberado, mais os encargos incidentes, emitidas por instituições financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O contrato de financiamento não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

Outros empréstimos – capital de giro

Em 10 de novembro de 2015, a controlada Alto Sertão Participações S.A. emitiu uma Cédula de Crédito Bancário, no valor principal de R\$15.000, junto ao Banco Modal S.A. com vencimento em 15 de março de 2019, conforme 3º termo de aditamento assinado em 15 de agosto de 2018, acrescida de 100% do CDI somada a uma taxa pré-fixada de 6% a.a. Essa operação tem a Companhia e a Diamantina Eólica como avalistas.

Em 13 de novembro de 2015, a Companhia assinou Instrumento Particular de Confissão de Dívida com o Banco Daycoval S.A., no valor de R\$14.999. Em 15 de dezembro de 2017, a Companhia assinou um aditivo ao Acordo Judicial para pagamento do saldo da dívida em 9 (nove) parcelas mensais e consecutivas, acrescidas de juros remuneratórios de 1,6% a.m., com a 1ª parcela paga em 16 de abril de 2018. Esse empréstimo foi quitado em 20 de dezembro de 2018.

Em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. As penalidades previstas em contrato para o inadimplemento do pagamento são juros de mora de 1% ao mês e multa compensatória de 2% sobre os valores devidos, bem como ressarcimento das custas e honorários incorridos pelo Citibank. Essa operação tem a Renova Comercializadora e Chipley como avalistas. A Companhia está negociando com o Citibank a prorrogação do prazo de vencimento, condições de pagamento e garantias.

Em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, respectivamente, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Ambos remunerados a 100% do CDI acrescida de spread de 7,4% a.a. As penalidades previstas em contrato para o inadimplemento do pagamento são juros de mora de 1% ao mês e multa compensatória de 2% sobre os valores devidos, bem como ressarcimento das custas e honorários incorridos pelo BTG. Essa operação tem como garantia, alienação fiduciária de 35,18% das ações da Chipley e cessão fiduciária de 50,40% de todos e quaisquer dividendos decorrentes da participação na Brasil PCH S.A. Em 03 de dezembro de 2018 o BTG Pactual penhorou as ações de emissão da Chipley (nota 12.5). Conforme divulgado ao mercado, a companhia negociou e firmou a dívida com o Banco BTG no montante de R\$ 172 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Companhia não possuía outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas no item (i) acima.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Exercício social encerrado em 31

de dezembro de 2018 (em R\$ mil)	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia real	1.305.718	29.821	18.079	23.845	1.377.463
Garantia quirografária	871.869	455.673	-	-	1.327.542
Total	2.177.587	485.494	18.079	23.845	2.705.005

Das dívidas que a Companhia possuía ao fim do exercício de 2018, a única que não apresentava garantia real era o empréstimo junto ao banco Modal no valor de R\$ 19,4 milhões, com vencimento em 15 de março de 2019..

Ao fim de 2018, 94% da dívida da Companhia estava alocada no curto prazo, devido principalmente ao empréstimo ponte do BNDES (R\$ 935,6 milhões) referente ao Complexo de Alto Sertão III.

iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas, contemplam cláusulas restritivas (sob a forma de obrigações de não fazer e/ou de hipótese de vencimento antecipado de obrigações), incluindo, dentre outras:

- Limitações à capacidade de contrair dívidas financeiras;
- Limitações à capacidade de vender, transferir ou dispor de qualquer outra forma de parte de ativos;
- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre receitas e patrimônio;
- Limitação quanto ao pagamento de dividendos acima dos dividendos mínimos obrigatórios;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Limitações quanto à capacidade da Companhia de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias;
- Limitações de mudança de controle ou de reorganização societária.

Contrato de Financiamento celebrado entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) e a Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”), em 30 de junho de 2006 (“Contrato BNB-Espra”).

Nos termos do Contrato BNB-Espra, a Espra compromete-se a manter durante todo o prazo de vigência da operação, um Fundo de Liquidez em conta corrente denominada “Conta Reserva”, cujas aplicações serão feitas em títulos do Tesouro Nacional, fundos por eles lastreados ou em títulos privados de emissão do BNB, cuja aplicação corresponderá a 6 parcelas de amortização, referenciada pela maior prestação, pós carência depositada na Conta Reserva.

Ainda, nos termos do Contrato BNB-Espra, a Espra não poderá distribuir à sua controladora, quaisquer quantias em dinheiro ou bens, incluindo dividendos, exceto os dividendos obrigatórios conforme previsto em seu estatuto social, sem a prévia anuência do BNB. O pedido de anuência deverá ser respondido pelo BNB em até 60 dias, sob pena de considerar-se autorizada a distribuição.

Contrato de Financiamento celebrado entre a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e a Centrais Elétricas Itaparica S.A. (“Contrato FINEP”) em 13 de dezembro de 2013.

O Contrato FINEP não possui cláusulas restritivas a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer, à distribuição de dividendos e à emissão de novos valores mobiliários. No entanto, possui cláusula restritiva de alteração do controle da Centrais Elétricas Itaparica S.A. ou da Renova Energia S.A., e da alienação dos ativos dados em garantia na operação de financiamento.

Empréstimos Ponte obtido pela Diamantina Eólica Participações S.A., controladora das SPEs desenvolvedoras dos projetos Alto Sertão III – Fase A, por meio do Contrato De Financiamento Mediante Abertura De Crédito Nº 14.2.1247.1, celebrado com o BNDES em 19 de dezembro de 2014 (“Contrato Ponte ASIII-Fase A”).

São garantias do financiamento: penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A, Diamantina Eólica Participações S.A e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, penhor das máquinas e equipamentos, dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dos aerogeradores, cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs). Esse contrato não exige índices financeiros como cláusula para vencimento antecipado da dívida.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Empréstimo ponte celebrado com o BNDES em dezembro de 2014, no valor de R\$700,0 milhões, destinado ao projeto Alto Sertão III, foram desembolsados R\$500,0 milhões até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em fevereiro de 2016, foram liberados mais R\$163,0 milhões de reais.

Contrato de financiamento celebrado com a FINEP em dezembro de 2013, no valor total de R\$108,0 milhões, destinado à implantação de uma usina de geração e distribuição de energia híbrida solar e eólica, foram desembolsados R\$14,1 milhões até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			
	2018	2017	AV	Variação 2018 x 2017
RECEITA LÍQUIDA	709,8	734,1	100,0%	-3,3%
CUSTOS DOS SERVIÇOS				
Custo com compra de energia	(815,1)	(622,8)	-84,8%	30,9%
Custo de Operação	(8,9)	(32,3)	-4,4%	-72,4%
Depreciações	(9,5)	(10,0)	-1,4%	-5,0%
Encargos de uso do sistema de distribuição	(0,7)	(11,5)	-1,6%	-93,5%
<i>Total</i>	<u>(834,3)</u>	<u>(676,6)</u>	<u>-92,2%</u>	<u>23,3%</u>
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	<u>(124,5)</u>	<u>57,5</u>	<u>7,8%</u>	<u>n.a</u>
RECEITA (DESPESAS)				
Gerais e administrativas	(129,0)	(119,9)	-16,3%	7,6%
Depreciações e amortizações	(1,9)	(2,2)	-0,3%	-13,0%
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	(150,2)	(786,5)	-107,1%	-80,9%
Outras receitas (despesas) líquidas	<u>(177,2)</u>	<u>(33,1)</u>	<u>-4,5%</u>	<u>435,3%</u>
Total	<u>(458,3)</u>	<u>(941,7)</u>	<u>-128,3%</u>	<u>-51,3%</u>
Resultado de equivalência patrimonial	48,7	71,5	9,7%	-31,9%
Perda na alienação de ativos	-	(147,7)	-20,1%	n.a
Ganho com investimento	-	172,2	23,5%	n.a
Total	<u>48,7</u>	<u>96,0</u>	<u>13,1%</u>	<u>-49,3%</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	<u>(534,1)</u>	<u>(788,2)</u>	<u>-107,4%</u>	<u>-32,2%</u>
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas Financeiras	3,2	12,2	1,7%	-74,0%
Despesas Financeiras	<u>(319,6)</u>	<u>(470,1)</u>	<u>-64,0%</u>	<u>-32,0%</u>
Total	<u>(316,4)</u>	<u>(457,9)</u>	<u>-62,4%</u>	<u>-30,9%</u>
PREJUÍZO ANTES DO				
IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(850,5)</u>	<u>(1.246,1)</u>	<u>-169,7%</u>	<u>-5,0%</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(5,9)	(14,7)	-2,0%	-59,6%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>0,2</u>	<u>121,3</u>	<u>16,5%</u>	<u>-99,9%</u>
Total	<u>(5,8)</u>	<u>106,7</u>	<u>14,5%</u>	<u>n.a</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(856,3)</u>	<u>(1.139,4)</u>	<u>-155,2%</u>	<u>-24,9%</u>

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$709,8 milhões, representando uma redução de R\$24,3 milhões ou 3,3% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, no qual foi registrada

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

receita operacional líquida de R\$734,1 milhões. Com a venda do Complexo Eólico em agosto de 2017, a Companhia deixou de reconhecer receita de geração eólica.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 as PCHs da Companhia contribuíram com R\$33,5 milhões. A receita de comercialização de energia totalizou R\$ 676,3 milhões, apresentando um aumento de 10,4% em relação ao exercício de 2017.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção dos parques eólicos (até agosto de 2017) e PCHs e à compra de energia para revenda.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os custos gerenciáveis totalizaram R\$823,9 milhões, um aumento de 25,8% em relação aos R\$655,2 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O principal fator para o aumento foi a compra de energia para revenda, que totalizou R\$815,1 milhões em 2018 comparado ao valor de R\$622,8 milhões em 2017. Excluindo os custos com compra de energia para revenda, os custos gerenciáveis totalizam R\$8,9 milhões no ano, ou seja, redução de 72,4% em comparação ao ano de 2017, principalmente devido à redução de R\$20,4 milhões na linha de serviços de terceiros.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD"), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as três PCHs da Companhia se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão ("TUST"), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$747 mil, uma redução de 93,5% quando comparado aos R\$11,5 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A redução refere-se à venda dos parques Alto Sertão II em agosto de 2017.

Depreciação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a depreciação das PCHs e torres de medição dos projetos eólicos em desenvolvimento totalizou R\$9,5 milhões (R\$10 milhões, em 2017).

Despesas

No ano de 2018, as despesas totalizaram R\$ 458,3 milhões, representando uma redução de R\$483,4 milhões em relação ao ano de 2017. O SG&A reduziu R\$11,3 milhões, representando um decréscimo de 14,7% em relação ao ano de 2017.

As principais variações nas despesas estão detalhadas a seguir:

Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado: impairment relacionado ao do projeto Alto Sertão III no valor de R\$ 150,2 milhões.

Contingências cíveis e trabalhistas: R\$ 64,6 milhões devido principalmente a provisão relacionada à disputa judicial com fornecedor.

Indenizações contratuais: indenização a ser paga as partes relacionadas CEMIG e Lightcom, no montante de R\$66,6 milhões, referente a (i) suspensão do contrato de venda e (ii) cessão dos contratos de compra.

Taxas regulatórias: gasto de R\$23,4 milhões referente as tarifas dos contratos de uso do sistema de transmissão para parques do complexo eólico Alto Sertão III.

Contrato oneroso: R\$43,5 milhões, provisão constituída considerando que os preços estabelecidos nos contratos de venda são inferiores aos preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI.

Provisão para perda a valor recuperável de crédito de pis/confins: de R\$20,9 milhões referente a provisão constituída considerando a incerteza na realização dos créditos de PIS e COFINS acumulados nas operações de compra e venda de energia da sua controlada Renova Comercializadora.

Resultado de Equivalência Patrimonial

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia mensura seu investimento na participação societária da Brasil PCH (51%) utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

No ano de 2018, a Brasil PCH apresentou um lucro líquido de R\$166,7 milhões (R\$211,3 milhões, em 2017) impactado substancialmente por: (i) aumento das despesas financeiras no exercício, principalmente em função da variação do IGP-M (em 2018 +7,54% e em 2017 - 0,52%) sobre os empréstimos e financiamentos e do pagamento de penalidade contratual na quitação antecipada de contrato com a Fundação Petros no montante de R\$6.862; (ii) reversão da provisão relacionada a contrato oneroso da Brasil PCH em 2018 menor que a realizado em 2017; e (iii) aumento das despesas gerais e administrativas em função, principalmente, da baixa do valor residual (R\$3.642) das subestações e dos pontos de conexão transferidos para as distribuidoras, nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº506/2012.

O efeito do resultado desse investimento no resultado consolidado da Companhia está apresentado a seguir:

Renova (51% Brasil PCH)	2018	2017
Equivalência patrimonial	84.989	107.768
Amortização da mais valia	-36.303	-36.303
Resultado	48.686	71.465

Receitas (despesas) financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$316,4 milhões (R\$457,9 milhões, em 2017). A redução entre os dois exercícios está relacionada a transferência das dívidas relacionadas ao Complexo Eólico Alto Sertão II em agosto de 2017 e quitação das Debêntures da Companhia.

Em 2018 o resultado financeiro negativo foi impactado pelos encargos da dívida (R\$162,2 milhões), juros com fornecedor (R\$45 milhões), juros com partes relacionadas (R\$62,2 milhões) e fiança bancária (R\$32,6 milhões).

Imposto de renda e contribuição social

As receitas de geração de energia da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No ano de 2018, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram em R\$ 5,8 milhões, em comparação a um crédito de R\$ 106,7 milhões no ano anterior.

Prejuízo do exercício

Em 2018, a Companhia registrou prejuízo de R\$856,3 milhões, ante ao prejuízo de R\$ 1.139,5 milhões no ano anterior. O resultado de 2018 foi impactado principalmente pelas i) perdas nas operações de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, no valor de R\$271,9 milhões para cumprir os compromissos firmados nos contratos de compra e venda de energia, ii) provisão para redução ao valor recuperável do ativo relacionado ao Complexo Eólico Alto Sertão III, no montante de R\$150,6 milhões e, iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira), no valor de R\$319,6 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, fornecedores, operações com partes relacionadas, além dos prejuízos acumulados existentes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			
	2017	2016	AV	Variação 2017 x 2016
RECEITA LÍQUIDA	734,1	483,1	100,0%	51,9%
CUSTOS DOS SERVIÇOS				
Depreciações	(10,0)	(93,5)	-1,4%	-89,3%
Custo de Operação	(655,2)	(342,0)	-89,2%	91,6%
Encargos de uso do sistema de distribuição	(11,5)	(18,2)	-1,6%	-36,7%
Total	(676,7)	(453,6)	-92,2%	49,2%
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	57,4	29,5	7,8%	94,5%
RECEITA (DESPESAS)				
Gerais e administrativas	(153,0)	(77,7)	-20,8%	96,9%
Depreciações e amortizações	(2,2)	(2,5)	-0,3%	-13,4%
Total	(155,2)	(80,2)	-21,1%	93,4%
Resultado de equivalência patrimonial	71,5	(5,0)	9,7%	n.a
Perda na alienação de ativos	(147,7)	-	-20,1%	-
Ganho (perda) com investimento	172,2	(455,4)	23,5%	-
Outras receitas	-	20,4	0,0%	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	(786,5)	(261,7)	-	200,5%
Total	(690,6)	(701,8)	-94,1%	-1,6%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PREJUÍZO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	(788,3)	(752,5)	- 107,4%	4,8%
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas Financeiras	12,2	16,2	1,7%	-24,6%
Despesas Financeiras	(470,1)	(418,8)	-64,0%	12,3%
Total	(457,9)	(402,6)	-62,4%	13,7%
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.246,2)	(1.155,1)	- 169,8%	7,9%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(14,7)	(12,0)	-2,0%	22,8%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	121,3	65,6	16,5%	85,0%
Total	106,7	53,6	14,5%	98,9%
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.139,5)	(1.101,5)	- 155,2%	3,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$734,1 milhões, representando um aumento de R\$251,0 milhões ou 51,9% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, no qual foi registrada receita operacional líquida de R\$483,1 milhões. A variação foi causada principalmente pelo aumento na receita proveniente da comercialização de energia, devido principalmente ao aumento no PLD no período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os projetos de fonte eólica contribuíram com R\$85,6 milhões da receita operacional líquida da Companhia, e as PCHs da Companhia contribuíram com R\$36,2 milhões. A receita de comercialização de energia totalizou R\$ 612,3 milhões, apresentando um aumento de 99,1% em relação ao exercício de 2016.

Custos gerenciáveis

Os custos gerenciáveis correspondem às atividades de operação e manutenção das PCHs e dos parques eólicos operacionais e à compra de energia para revenda.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os custos gerenciáveis totalizaram R\$655,2 milhões, um aumento de 91,6% em relação aos R\$342,0 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. O principal fator para o aumento foi a compra de energia para revenda, que totalizou R\$ 622,8 milhões em 2017 comparado ao valor de R\$ 295,6 milhões em 2016. Excluindo os custos com compra de energia para revenda, os custos gerenciáveis totalizam R\$32,4 milhões no ano, ou seja, redução de 30,3% em comparação ao ano de 2016, principalmente devido à redução de R\$7,2 milhões na linha de serviços de terceiros.

Custos não gerenciáveis

Os custos não gerenciáveis correspondem: (i) à tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD"), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba, concessionária na qual as três PCHs da Companhia se conectam, e à tarifa do uso do sistema de transmissão ("TUST"), referente às linhas de transmissão e subestações dos parques eólicos; e (ii) à taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL. Estes custos são relacionados às três PCHs da Companhia e aos parques eólicos operacionais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$11,5 milhões, uma redução de 36,7% ou R\$6,7 milhões quando comparado aos R\$18,2 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A redução refere-se principalmente à venda dos parques Alto Sertão II, vendido para a AES em agosto de 2017.

Depreciação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a depreciação totalizou R\$10,0 milhões, redução de 89,3% ou R\$93,5 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A redução se deve principalmente à venda do parque dos parques Alto Sertão II, vendido para a AES em agosto de 2017.

Despesas gerais e administrativas

No ano de 2017, as despesas administrativas totalizaram R\$ 864,7 milhões, representando um aumento de R\$ 525,3 milhões em relação ao ano de 2016. Este número, porém, é fortemente afetado por eventos não recorrentes de efeito apenas contábil. Porém, se consideramos apenas o SG&A (excluindo-se as linhas não recorrentes), as despesas administrativas totalizaram R\$ 77,1 milhões, representando um decréscimo de 11,5% em relação ao ano de 2016. As principais variações nas despesas estão detalhadas a seguir:

Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado: efeito contábil decorrente do reconhecimento do impairment do projeto Alto Sertão III no valor de R\$ 604,9 milhões e do projeto Graúna no valor de R\$ 181,1 milhões.

Contingências cíveis e trabalhistas: R\$ 24,9 milhões devido principalmente a provisão relacionada à disputa judicial com fornecedor.

Projetos descontinuados: R\$ 21,9 milhões devido principalmente à descontinuação dos seguintes projetos da Companhia: Inventário Rio Balsas (R\$ 10,7 milhões), Novas Tecnologias (R\$ 7,9 milhões) e LER 2014 - Solar (R\$ 2,1 milhões).

Indenizações contratuais: indenização a ser paga a Light, no valor de R\$ 71,1 milhões, referente às novas condições comerciais do aditivo ao PPA Light I, para atender exigências feitas pelo BNDES, financiador do projeto.

Perdão de dívida com fornecedor: perdão de dívida concedido por fornecedor às empresas do Alto Sertão III no valor de R\$ 61,1 milhões, líquidos de impostos.

Penalidades contratuais e regulatórias: referentes a penalidades aplicadas pela ANEEL em decorrência (i) da revogação da outorga de Umburanas, no valor de R\$3,9 milhões, (ii) do cancelamento da outorga de determinados parques, no valor de R\$5,9 milhões e (iii) de autos de infração pelo atraso na implantação e envio de relatórios no valor de R\$ 334 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Taxas regulatórias: gasto de R\$ 6,3 milhões devido ao pagamento das tarifas dos contratos de uso do sistema de transmissão para parques do complexo eólico Alto Sertão III.

Multa sobre ressarcimento: aumento de R\$ 5,0 milhões (40,8%) devido principalmente à contabilização da multa de não geração de energia dos parques do LER 2013 e LER 2014, ambos atrasados.

Em 2015, a Renova deu início a um plano de reestruturação dos gastos com despesas gerais e administrativas da Holding com o objetivo de readequar os gastos frente o atual momento que a Companhia vive. A Companhia reduziu seu headcount de 351 funcionários em dezembro de 2015 para 145 em dezembro de 2017 .

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Renova realizou a aquisição de 51% da Brasil PCH com os recursos do AFAC, por meio de uma subsidiária (Chipley) na qual, até 30 de setembro de 2014, a Companhia possuía 60% de participação e após essa data passou a deter 100% da subsidiária.

No ano de 2017, a Brasil PCH teve lucro líquido de R\$211,3 milhões. A Chipley tem direito a 51% do resultado da Brasil PCH.

A mais valia total da aquisição foi de R\$ 656,7 milhões. A Companhia, com base na melhor estimativa existente, fez a identificação e mensuração do valor justo dos ativos e passivos existentes na Brasil PCH. Dessa maneira, o valor mensal da amortização da mais valia passou a ser registrado no mês da aquisição. No acumulado do ano a amortização da mais valia contabilizada foi de R\$36,3 milhões na Chipley.

Na Renova, o efeito da aquisição é conforme abaixo:

Renova (51% Brasil PCH)	2017
Equivalência patrimonial	107.768
Amortização da mais valia	(36.303)
Resultado	71.465

Receitas (despesas) financeiras líquidas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$457,9 milhões. A variação em relação aos R\$ 402,6 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, de 13,7% ou R\$ 55,3 milhões, foi decorrente principalmente ao aumento das despesas financeiras.

As receitas financeiras em 2017 foram de R\$ 12,1 milhões, 24,6% menores do que as receitas do ano anterior devido, principalmente, ao menor saldo médio de valores depositados em escrow accounts durante o ano.

As despesas financeiras aumentaram 12,3% em relação ao ano de 2016 principalmente em função do aumento das taxas de juros de empréstimos e financiamentos, reconhecimento de juros da dívida com fornecedores e contabilização de juros referentes à antecipação de contrato de energia com parte relacionada.

Imposto de renda e contribuição social

Atualmente as receitas da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram um crédito de R\$ 106,7 milhões, em comparação a um crédito de R\$ 53,6 milhões no ano anterior.

Lucro líquido

Em 2017, a Renova registrou prejuízo líquido de R\$ 1.139,5 milhões, ante ao prejuízo líquido de R\$1.101,5 milhões no ano anterior. O resultado de 2017 foi impactado principalmente pelo reconhecimento do impairment do Complexo Alto Sertão III e projeto Zeus, além do aumento dos custos com compra de energia para cobrir as necessidades de energia dos contratos vigentes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

ATIVOS	2018	2017	Var
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	14.929	24.750	-39,68%
Aplicações financeiras	13.778	-	n.a
Contas a receber de clientes	8.210	44.611	-81,60%
Tributos a recuperar	4.482	14.400	-68,88%
Dividendos a receber	9.180	33.219	-72,37%
Adiantamentos a fornecedores	2.491	2.327	7,05%
Outros créditos	869	8.033	-89,18%
	53.939	127.340	-57,64%
Ativos classificados como mantidos para venda	1.683.768	16.198	10294,91%
Total dos ativos circulantes	1.737.707	143.538	1110,63%
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras	7.864	7.789	0,96%
Cauções e depósitos vinculados	10.866	11.361	-4,36%
Tributos diferidos	1.773	1.442	22,95%
Depósitos judiciais	20.818	21.384	-2,65%
Outros créditos	6.214	6.129	1,39%
Investimentos	603.747	685.362	-11,91%
Imobilizado	239.396	2.052.332	-88,34%
Total dos ativos não circulantes	890.678	2.785.799	-68,03%
TOTAL DOS ATIVOS	2.628.385	2.929.337	-10,27%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVOS	2018	2017	Var
CIRCULANTES			
Fornecedores	48.531	259.377	-81,29%
Empréstimos e financiamentos	348.669	1.212.702	-71,25%
Tributos a recolher	5.373	18.467	-70,90%
Salários, encargos e férias a pagar	8.625	8.133	6,05%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	13.114	46.222	-71,63%
Outras contas a pagar	151.136	77.057	96,14%
Partes relacionadas	283.472	84.964	233,64%
Provisão para contrato oneroso	37.022	-	n.a
Provisão para custos socioambientais	1.014	1.014	-
	896.956	1.707.936	-47,48%
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	1.298.415	43.000	2919,57%
Total de passivos circulantes	2.195.371	1.750.936	25,38%
NÃO CIRCULANTES			
Fornecedores	-	25.220	n.a
Empréstimos e financiamentos	63.587	80.636	-21,14%
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	20.664	522	3858,62%
Partes relacionadas	337.548	265.236	27,26%
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	81.259	26.979	201,19%
Provisão para contrato oneroso	6.445	-	n.a
Total dos passivos não circulantes	509.503	398.593	27,83%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	2.960.776	2.960.776	n.a
(-) Custos na emissão de ações	(41.757)	(41.757)	n.a
Reservas de capital	55.379	55.379	n.a
Prejuízos acumulados	(3.050.887)	(2.194.590)	39,02%
Total do patrimônio líquido	(76.489)	779.808	n.a
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.628.385	2.929.337	-10,27%

ATIVO**Circulante**

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo circulante era de R\$1.737,7 milhões (66% do ativo total) e em 31 de dezembro de 2016 o saldo era de R\$143,5 milhões (5% do ativo total). Essa variação ocorre principalmente porque com a decisão de venda do Complexo Eólico Alto Sertão III todos os ativos relacionados a esse projeto são apresentados em uma única conta do balanço denominada ativos mantidos para venda, conforme norma contábil (IFRS 5/CPC 31).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Não circulante**

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do ativo não circulante era de R\$890,7 milhões (34% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$2.785,8 milhões (95% do ativo total). Conforme esclarecido, essa variação ocorre principalmente porque com a decisão de venda do Complexo Eólico Alto Sertão III.

PASSIVO**Circulante**

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de passivo circulante era de R\$2.195,3 milhões, representando um aumento de R\$444,4 milhões ou 25,4% em comparação com 31 de dezembro de 2017, quando o mesmo saldo era de R\$1.750,9 milhões.

Esse aumento se deve principalmente a dívida com partes relacionadas que totalizou R\$418,8 em 2018. Os recursos recebidos foram utilizados para compra de energia e manutenção das atividades da Companhia.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$509,5 milhões, aumento de R\$110,9 milhões ou 27,83% em comparação com 31 de dezembro de 2017.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o ano em R\$76,5 milhões negativos em função do prejuízo acumulado.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ATIVOS	2017	2016	Var
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	24.750	35.786	-30,84%
Contas a receber de clientes	44.611	49.138	-9,21%
Tributos a recuperar	14.400	9.453	52,33%
Cauções e depósitos vinculados	-	33.510	n.a
Dividendos a receber	33.219	-	n.a
Adiantamentos a fornecedores	2.327	3.005	-22,56%
Outros créditos	8.033	4.968	61,69%
	127.340	135.860	-6,27%
Ativos classificados como mantidos para venda	16.198	-	
Total dos ativos circulantes	143.538	135.860	5,65%
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras	7.789	-	n.a
Contas a receber - CCEE	-	2.500	n.a
Depósitos judiciais	21.384	-	n.a
Cauções e depósitos vinculados	11.361	87.836	-87,07%
Tributos diferidos	1.442	5.069	-71,55%
Outros créditos	6.129	140	4277,86%
Investimentos	685.362	947.027	-27,63%
Imobilizado em serviço	173.783	1.807.479	-90,39%
Imobilizado em curso	1.878.549	2.915.225	-35,56%
Total dos ativos não circulantes	2.785.799	5.765.276	-51,68%
TOTAL DOS ATIVOS	2.929.337	5.901.136	-50,36%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016	Var
CIRCULANTES			
Fornecedores	259.377	546.911	-52,57%
Empréstimos e financiamentos	1.212.702	2.045.371	-40,71%
Debêntures	-	670.173	n.a
Tributos a recolher	18.467	20.698	-10,78%
Salários, encargos e férias a pagar	8.133	8.372	-2,85%
Contas a pagar - CCEE/Elektrobras/Distribuidoras	46.222	51.149	-9,63%
Outras contas a pagar	77.057	1.687	4467,69%
Partes relacionadas	84.964	-	n.a
Provisão para custos socioambientais	1.014	2.540	
	1.707.936	3.346.901	-48,97%
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	43.000	-	n.a
Total de passivos circulantes	1.750.936	3.346.901	-47,68%
NÃO CIRCULANTES			
Fornecedores	25.220	27.703	-8,96%
Empréstimos e financiamentos	80.636	93.338	-13,61%
Tributos diferidos	-	121.583	n.a
Contas a pagar - CCEE/Elektrobras/Distribuidoras	522	46.391	-98,87%
Partes relacionadas	265.236	73.722	259,78%
Adiantamentos de clientes	-	229.053	n.a
Provisão para custos socioambientais	-	5.387	n.a
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	26.979	1.460	n.a
Total de passivos não circulantes	398.593	598.637	-33,42%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	2.960.776	2.898.012	2,17%
(-) Custos na emissão de ações	(41.757)	(41.757)	n.a
Reservas de capital	55.379	55.379	n.a
Prejuízos acumulados	(2.194.590)	(1.055.055)	108,01%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros resultados abrangentes	-	99.019	n.a
Total do patrimônio líquido	779.808	1.955.598	-60,12%
TOTAL DOS PASSIVOS	2.929.337	5.901.136	-50,36%

ATIVO**Circulante**

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do ativo circulante era de R\$143,5 milhões (4,9% do ativo total) e em 31 de dezembro de 2016 o saldo era de R\$135,9 milhões (2,3% do ativo total, representando um aumento de 5,7% ou R\$7,7 milhões). Houve uma redução de R\$11,0 milhões ou 30,8% em 31 de dezembro de 2017 na conta de caixa e equivalentes de caixa, em comparação com 31 de dezembro de 2016.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do ativo não circulante era de R\$2.785,8 milhões (95,1% do ativo total) em comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$5.765,3 milhões (97,7% do ativo total), o que representa uma redução de R\$2.979,5 milhões ou - 51,7%.

A principal variação no saldo total, foi a variação nas contas de 'Imobilizado em curso' e 'Imobilizado em serviço', apresentando uma redução de R\$ 2.670,4, principalmente devido à transferência do Complexo de Alto Sertão II para a AES e ao impairment (redução ao valor recuperável dos ativos) dos ativos do Complexo de Alto Sertão III e do projeto Graúna.

PASSIVO**Circulante**

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta de passivo circulante era de R\$1.750,9 milhões, representando uma redução de R\$1.596,0 milhões ou 47,7% em comparação com 31 de dezembro de 2016, quando o mesmo saldo era de R\$3.346,9 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Esta redução se deve principalmente à venda do Complexo Alto Sertão II para a AES, que também assumiu a dívida do Complexo (R\$ 1.122 milhões), e da quitação do saldo remanescente da 3ª Emissão de Debêntures da Holding (R\$ 365 milhões) com o Banco do Brasil.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta de passivo não circulante era de R\$398,6 milhões, redução de R\$200,0 milhões ou 33,4% em comparação com 31 de dezembro de 2016.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o ano em R\$ 779,8 milhões e a variação em relação ao ano anterior (R\$1.175,8 milhões) foi a combinação dos prejuízos acumulados em 2017 com a linha de outros resultados abrangentes.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações incluídas neste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia.

resultado das operações da Companhia, em especial:

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

A receita operacional da Companhia refere-se basicamente a comercialização de energia elétrica.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a receita operacional líquida foi de R\$709,8 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$734,1 milhões e R\$483,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

No ano de 2018, assim como em 2017, a Companhia teve sua receita do segmento de comercialização de energia como a mais representativa no seu consolidado, com um aumento de R\$64 milhões em relação ao ano de 2017, a receita e totalizou R\$676,3 milhões. A receita proveniente de PCHs somou R\$33,5 milhões, uma redução de 7,4% devido ao reconhecimento dos efeitos da geração.

A linha de custo mais relevante no resultado operacional de 2018, assim como em 2017, foi o custo com compra de energia. No ano de 2018, os custos gerenciáveis somaram R\$824 milhões, sendo que a compra de energia totalizou R\$815 milhões comparado ao valor de R\$622,8 milhões em 2017. Excluindo os custos com compra de energia para revenda, os custos gerenciáveis totalizariam R\$8,9 milhões no ano, ou seja, redução de 72,4% em comparação ao ano de 2017. No ano 2017, os custos gerenciáveis somaram R\$655,2 milhões, custos de compra de energia de R\$622,8 milhões comparado ao valor de R\$295,6 milhões em 2016.

Com relação a despesas, o resultado de 2018 foi afetado principalmente pelo reconhecimento: (i) do *impairment* dos ativos do Complexo de Alto Sertão III no valor total de R\$150,2 milhões, (ii) provisão para contingências cíveis e trabalhistas, no valor de R\$ 64,6 milhões e (iii) provisão para contrato oneroso, no valor de R\$43,5.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O resultado de 2017 foi impactado principalmente pelo reconhecimento do *impairment* dos ativos do Complexo de Alto Sertão III e do projeto Graúna (ex-Zeus) no valor total de R\$ 786 milhões.

No ano de 2016, a receita do segmento de comercialização de energia totalizou R\$307,6 milhões enquanto a receita proveniente da geração dos parques eólicos foi de R\$137,8 milhões.

Outro fator relevante no resultado operacional de 2016, foi o custo com compra de energia. No ano 2016, os custos gerenciáveis somaram R\$342,0 milhões, sendo que a compra de energia totalizou R\$295,6 milhões. Excluindo os custos com compra de energia para revenda, os custos gerenciáveis totalizariam R\$46,4 milhões.

Em 2016, a Renova efetuou a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos. A taxa real de desconto usada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos foi de 7,95% ao ano nos parques do Alto Sertão III – Fase A e Projeto PPA Cemig. A revisão resultou no reconhecimento de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$261,7 milhões reconhecida no resultado.

No exercício social de 2016, a Renova registrou um valor negativo de R\$ 455,4 milhões na linha de “Perda no Investimento” em decorrência da desvalorização de 29,1% das ações da TerraForm Global de 29,1% (US\$ 3,95 em 2016 vs. US\$ 5,59 em 2015). Também em 2016 foi reconhecido no resultado o montante de R\$63,0 milhões relativo a perda pela extinção da opção de compra e venda de 7 milhões de ações da TerraForm Global.

variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A energia elétrica comercializada pela Companhia, que é a sua única fonte de receita operacional atualmente, tem seu preço fixado nos respectivos contratos de compra e venda de energia, preço esse que não está sujeito a variações durante o prazo de vigência desses contratos, que é de 20 anos, exceto aquelas variações decorrentes de índices de atualização monetária.

O preço da energia elétrica proveniente das PCHs da Companhia em operação é corrigido anualmente pelo IGPM e o preço da energia elétrica proveniente dos parques eólicos contratados no mercado regulado é corrigido anualmente pelo IPCA.

impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A situação financeira da Companhia e o resultado das suas operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices.

Além disso, aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado de comercialização de energia elétrica, na medida em que podem reduzir a atividade econômica, o consumo e o investimento. Os principais fatores e condições que afetam a receita e os resultados operacionais são analisados a seguir:

Inflação

A situação financeira da Companhia e o resultado das operações são afetados pela inflação, uma vez que as receitas decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica são indexadas a índices de inflação (IGPM e IPCA) e os custos operacionais tendem a seguir tais índices. A maioria dos custos e despesas da Companhia é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, tais como o IGPM, o INPC e o IPCA, ou sofre reajuste de acordo com a flutuação medida em índices cambiais.

Taxa de Juros

O resultado das operações também está exposto às variações das taxas de juros. A Companhia contrata empréstimos e financiamentos denominados principalmente em Reais, os quais são reajustados com base na TJLP ou no CDI. Além disso, as taxas de juros praticadas em operações de crédito ao consumidor no mercado financeiro brasileiro afetam indiretamente a Companhia, na medida em que reduções podem levar ao aumento do consumo privado e ao aumento do consumo de energia. Por outro lado, aumentos nas taxas de juros podem levar à diminuição do consumo de energia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o resultado financeiro líquido da Companhia foi negativo em R\$ 316,4 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o resultado financeiro líquido da Companhia foi negativo em R\$ 457,9 milhões,

Taxa de Câmbio

Como a maioria dos custos, incluindo custos relacionados à implementação dos parques eólicos (a parte do capex que está em moeda estrangeira é negociada antes da tomada de decisão do projeto e portanto a Companhia não fica exposta a variação cambial), bem como a totalidade das receitas da Companhia, é em Reais, a Companhia não está exposta à variação da taxa de câmbio e, portanto, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, não houve impacto relevante nos resultados operacionais e financeiros causados por variações em taxas de câmbio.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Tributação

A Companhia está sujeita ao recolhimento do IRPJ e CSLL. A alíquota da contribuição social sobre o lucro é de 9% e do imposto de renda de 25%, representando uma tributação total de 34%. Para empresas cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$78,0 milhões é facultado a escolha do regime de tributação de IRPJ e CSLL com base no Lucro Presumido. O imposto com base no Lucro Presumido será determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Para o cálculo do IRPJ devido, implica na aplicação de alíquota composta equivalente a 25% (sendo 15% da alíquota legal, acrescida de um adicional de 10% sobre as receitas que excederem R\$60,0 mil em um trimestre) sobre uma base equivalente a 8% da Receita Bruta para o cálculo do IR devido, enquanto que no caso da CSLL, aplica-se uma alíquota de 9% sobre uma base equivalente a 12% da Receita Bruta. Ainda, no regime de Lucro Presumido, o regime de apuração de PIS e COFINS é cumulativo, sujeito, à alíquota de 0,65% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 1,65%) para PIS e 3% (no regime não-cumulativo a alíquota é de 7,6%) para COFINS, calculados sobre o total das receitas da Companhia.

Atualmente, a Companhia e as SPEs do Complexo Alto Sertão III adotam o regime de tributação do lucro real. Já as controladas operacionais Brasil PCH e Espra adotam o regime de tributação pelo Lucro Presumido.

O ICMS incide sobre vendas realizadas para clientes finais, em alíquotas que variam nos diferentes estados da federação. A Companhia se qualifica para a obtenção do incentivo fiscal “Desenvolve” (Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia), instituído pela Lei Estadual nº 7.980/2001 e aprovado pelo Decreto do Governador do Estado da Bahia nº 8.205/2002, o qual consiste na concessão de dois benefícios fiscais: (i) dilação do prazo de pagamento, de até 90% do saldo devedor mensal do ICMS normal, limitada a 72 meses; e (ii) diferimento do lançamento e pagamento do ICMS devido. A aprovação da concessão do benefício e a determinação das suas condições de gozo cabe ao Conselho Deliberativo do Desenvolve. Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento, por meio da Resolução nº 57/2006 e das Resoluções nºs 91 a 112/2009, outorgou à Espra e aos parques eólicos, respectivamente, o direito à fruição do benefício fiscal de diferimento do lançamento e pagamento do ICMS, de forma que todos os bens adquiridos para o ativo fixo que forem (i) importados do exterior ou (ii) adquiridos em outras unidades da Federação, terão o ICMS relativo às aquisições diferido para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo fixo.

Os projetos eólicos da Companhia foram enquadrados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Governo Federal, cujas medidas principais incluem: (i) investimento em Infraestrutura; (ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; (iii) melhora do ambiente de investimento; e (iv) medidas fiscais de longo prazo buscando a desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário. O principal benefício fiscal trazido pelo PAC, no caso específico do setor de energia elétrica é o REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, instituído pela Lei nº 11.488/2007) que concede a

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

suspensão da exigência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na aquisição de serviços e equipamentos (mercado interno e importação) que será convertida a alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem, material de construção ou serviço nas obras de infraestrutura. A Companhia pretende também recorrer a financiamentos enquadrados no PAC, segundo as condições favoráveis de mercado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$5,8.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R\$ 5,8 milhões, uma redução de 69% se comparado ao crédito de R\$ 106,5 milhões de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs*a. introdução ou alienação de segmento operacional*

Nos exercícios sociais de 2018, 2017 e 2016, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício de 2018 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 2017 a Companhia alienou as seguintes participações:

Ações TerraForm

Em 15 de maio de 2017, a Companhia e a Brookfield Asset Management, por meio do seu veículo Orion US Holding 1 L.P., assinaram o Contrato de Compra e Venda das ações que a Companhia detinha na empresa americana TerraForm Global Inc. ("TerraForm Global"). O preço total de aquisição das ações foi de R\$305.766 (US\$ 92,8 milhões), pagos à Companhia em 29 de junho de 2017.

Complexo Eólico Alto Sertão II (LER 2010 e LEN 2011 (A-3))

Em 3 de agosto de 2017, a Companhia concluiu a venda para a AES Tietê Energia S.A. ("AES") da totalidade das ações da Nova Energia detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II. O valor base da transação foi de R\$600.000 ajustado por determinadas variações de capital de giro e dívida líquida do Complexo eólico Alto Sertão II e poderá sofrer acréscimo de até R\$100.000 sob a forma de earn out, condicionado ao desempenho do Complexo, apurado após o período de 5 anos contados da data do fechamento da operação.

Complexo Eólico Umburanas

Em 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou contrato de Cessão de Direitos, Obrigações e Outras Avenças do Complexo Eólico Umburanas (LEN 2013 (A-5) e LEN 2014 (A-5)) com a Engie Brasil Energia S.A. ("Engie"), por meio da sua subsidiária ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. O preço base total de venda das ações das sociedades que integram o Complexo foi de R\$15.000. Conforme previsto no 1º Aditivo e Termo de fechamento ao referido contrato, as partes ajustaram o preço de venda para R\$16.938 decorrente do acordo para pagamento de 50% do valor da multa aplicada pela ANEEL pelo cancelamento de 4 outorgas deste mesmo complexo (vide nota 22).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

No exercício de 2016 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases*a. mudanças significativas nas práticas contábeis*

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1o de janeiro de 2018 ou após esta data.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis que afetem significativamente as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes

Não houve ressalvas nos relatórios dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016.

O relatório dos auditores independentes emitido pela EY relativo às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 contém parágrafo de ênfase transcritos abaixo:

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a nota 1.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que, em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 457.664 mil no consolidado, e, nessa data, a Companhia apresentou prejuízo no exercício findo naquela data de R\$ 856.297 mil, margem bruta negativa de R\$ 124.440 mil, prejuízos acumulados, na controladora e no consolidado, de R\$ 3.050.887 mil e passivo a descoberto de R\$76.489 mil. Além disto, a Companhia depende da obtenção de capital para cumprir com os compromissos inclusive de construção dos parques eólicos e solares. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

“Ênfase

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Conforme mencionado na nota 19.1 às demonstrações financeiras, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas sobre determinados gastos e suas destinações que, além da Companhia, envolvem e incluem também alguns de seus acionistas. Os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses gastos e apurar tais alegações. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação interna e conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

a) Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

Anualmente, a Companhia e suas controladas efetuam o teste de recuperação de seus ativos ou grupo de ativos ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os períodos em que a Companhia possui autorização dos órgãos reguladores e as premissas utilizadas pela Companhia estão descritas na nota 13.9.

b) Provisão para perdas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota 19.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota 27.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**d) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado**

Conforme mencionado na nota 2.3.8.b, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 13.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia e suas controladas considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), respectivamente, em vigor para períodos anuais iniciados em 1o de janeiro de 2018 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Em vigor a partir de janeiro de 2018:

- CPC nº47 – Receita de Contrato com cliente (IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers)

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia e suas controladas realizaram uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após esta análise a Companhia e suas controladas concluíram, com base em seus critérios de classificação, reconhecimento e mensuração descritos na nota 2.3.4, que não houve impacto significativo na adoção deste pronunciamento.

- CPC nº48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9 Financial Instruments)

Esta norma faz correlação à norma IFRS 9 e substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39). O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (hedge accounting) menos rigorosos.

Após análise, a Companhia e suas controladas avaliaram que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 (CPC 48).

a) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 (CPC 06-R2) – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1)/IAS 17 e o ICPC 03)

A nova norma traz um modelo único de arrendamento mercantil, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro, ou seja, deverão ser reconhecidos ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Na prática, as mudanças afetarão especialmente as companhias arrendatárias, sem alterações relevantes nas companhias arrendadoras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia e suas controladas optaram por utilizar o método retrospectivo modificado, sem reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Para implementação deste pronunciamento, a Companhia e suas controladas avaliaram os contratos de arrendamento existentes e em conformidade com a IFRS 16, optaram por adotar os seguintes critérios: (i) dos contratos que ela detinha o poder de direcionar o uso do bem e (ii) de obter substancialmente todos os benefícios econômicos futuros.

Os trabalhos realizados de avaliação tiveram como base os contratos de arrendamento mercantil de áreas (Terrenos) para estudo de viabilidade de projetos, bem como para construção e/ou operação de instalações de geração de energia eólica (Parques Eólicos).

Foram identificados 2.177 contratos aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma, sendo 1.944 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento, 215 aos parques eólicos em construção e 13 às PCHs em operação e 5 a aluguel de sedes administrativas. Para esses contratos, a Companhia passará a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhecerá um custo de depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Até 31 de dezembro de 2018, os pagamentos eram reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia e suas controladas esperam reconhecer na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, consolidados, em 1º de janeiro de 2019, um montante entre R\$33.502 e R\$40.946.

As seguintes alterações de normas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas:

ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Outros pronunciamentos e revisões de pronunciamentos

- IFRS 9: Alterações de Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa.
- CPC 18(R2): Alterações de Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- CPC 33 / IAS 19: Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano.
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos, destacados acima.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*):

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- iv. contratos de construção não terminada;
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamento;

Os Diretores da Companhia informam que, exceto pelos itens acima listados, a Companhia não possui, direta ou indiretamente, ativos ou passivos que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. *investimentos, incluindo:*

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016 foram destinados, principalmente, à montagem e instalação dos parques eólicos do Alto Sertão III– Fase A, composto pelos parques dos projetos Mercado Livre III, Leilão de Energia de Reserva de 2013, Light I.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016 contabilizados no fluxo de caixa da Companhia.

Período	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Investimento (em R\$ milhões)	23.414	-817.225*	392.167

Em 2017, o valor de investimento é negativo (geração de caixa pelas atividades de investimentos), devido principalmente ao recebimento por vendas de ativos, no valor de R\$ 778,7 milhões, e ao resgate de *escrow accounts*, no valor de R\$ 60,8 milhões. Excluindo-se esses valores, o valor de investimento seria de R\$ 22,4 milhões.

ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A Companhia utiliza linhas de financiamento, na modalidade Project Finance contratadas junto a bancos de fomento, além de outras dívidas via mercado de capitais, dentre outras. Em 2015 a Companhia ou suas controladas contrataram empréstimos pontes junto ao BNDES para financiar a construção dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III e dívidas de curto prazo para capital de giro com bancos comerciais para Holding. O empréstimo ponte será quitado na data de desembolso do Contrato de Longo Prazo ou eventual alienação do projeto para terceiros.

Além

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**Complexo de Alto Sertão III**

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aceitou a nova proposta vinculante, apresentada pela AES Tietê, para a aquisição das ações representativas da

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

totalidade do capital social das sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Eólico Alto Sertão III.

A Operação ainda está sujeita à negociação satisfatória dos documentos definitivos entre as partes envolvidas, que deverão contemplar, dentre outras disposições, o cumprimento de condições precedentes e a obtenção das aprovações necessárias para a sua conclusão.

b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que influencie materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não houve a aquisição de novos produtos e serviços nas linhas de negócios da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017, 2016.